

Dívida Externa Japão dá prazo para moratória

SÃO PAULO — Se até o fim de setembro o governo brasileiro não tiver encontrado uma solução para o problema da dívida externa e mantiver a moratória, o país será declarado inadimplente pelo Ministério das Finanças do Japão, decisão que obriga os bancos japoneses a constituírem — a exemplo de instituições credoras da Europa e dos Estados Unidos — reservas técnicas contra devedores considerados duvidosos.

A informação é do presidente do Banco de Tóquio, Toshiro Kobayashi. Ele explicou ontem que setembro é o mês em que os bancos japoneses encerram seus respectivos exercícios, “daí não ser possível esperar mais por uma solução brasileira”. A medida já está sendo estudada pelo Ministério das Finanças e, antes de mais nada, vai determinar uma série de restrições por parte do Japão em relação à concessão de novas operações de crédito com o Brasil, “em particular os financiamentos ao comércio exterior”.

Ao ser declarado formalmente um país inadimplente, o Brasil poderá não ter acesso ao fundo de 25 bilhões de dólares, criado pelo Japão para aplicações (em forma de investimen-

tos e empréstimos novos) em nações endividadas da América Latina, alertou o banqueiro.

Devido a legislação do sistema bancário do Japão, seus bancos, ao serem compelidos a criar reservas estratégicas, não terão grandes prejuízos contábeis, como os bancos norte-americanos, porque todos possuem expressivas reservas, constituídas de supervalorizadas ações de companhias japonesas. Isso deixa os bancos locais — que têm a receber do Brasil cerca de 10 bilhões de dólares — em uma situação extremamente cômoda, ainda que tenha de elevar as reservas contra devedores duvidosos.

Toshiro Kobayashi recomenda ao Brasil, para evitar mal ainda maior, que suspenda a moratória o quanto antes e proponha uma nova rodada de negociações com o comitê de bancos credores, do qual ele faz parte, para reescalonar sua dívida em bases favoráveis. Na atual conjuntura, segundo ele, o governo brasileiro poderia até admitir um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), sem aceitar o monitoramento tradicional, que levaria o país a uma grande recessão — “muito embora”, observou, “o Brasil já viva hoje, sem o FMI, uma recessão”.